

Análise dos efeitos dos instrumentos financeiros no conservadorismo contábil em bancos brasileiros

Analysis of the effects of financial instruments on accounting conservatism in Brazilian banks

Análisis de los efectos de los instrumentos financieros en el conservadurismo contable en bancos brasileños

Juliana Molina Queiroz*

Doutora em Ciências Contábeis pelo PPGCC (UFRJ)
Pós-Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Rio de Janeiro/RJ Brasil
julianamolina@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9398-2610> 

Marcelo Álvaro da Silva Macedo

Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE (UFRJ)
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil
malvaro@facc.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0003-2071-8661> 

Adriano Rodrigues

Doutor em Controladoria e Contabilidade (USP)
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro/RJ, Brasil
adriano@facc.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-0099-0505> 

Natan Szuster

Doutor em Contabilidade (USP)
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de
Janeiro/RJ, Brasil
natan.szuster_prest@gglobo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-9647-1266> 

Endereço do contato principal para correspondência*

Av. Pasteur, 250, Urca, CEP: 22290-250 – Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Resumo

O Conservadorismo Condicional foi definido, historicamente, como um dos princípios da Contabilidade. Porém, o registro de Instrumentos Financeiros (IF) pelo Valor Justo não é considerado conservador. Objetiva-se neste trabalho investigar quais são os efeitos dos IF no conservadorismo das Informações Contábeis de bancos brasileiros, os quais são instituições com altos valores de IF. Foram coletadas informações no *site* do Banco Central do Brasil, no período de 2009 a 2019. As observações foram segregadas de acordo com a análise de decis, de acordo com os valores de IF. Foram analisados os grupos com valores mais baixos e mais altos de IF, utilizando variáveis *dummy* e interações com as variáveis do modelo de Cunha et al. (2016). Os resultados indicaram que os bancos com valores mais baixos de IF apresentam conservadorismo e aqueles com valores mais altos de IF não apresentam conservadorismo nas informações contábeis.

Palavras-chave: Instrumentos Financeiros; Instituições Financeiras; Conservadorismo Condicional

Abstract

Conditional Conservatism has historically been defined as one of the principles of Accounting. However, the registration of Financial Instruments (FI) by Fair Value measure is not considered conservative. This paper investigates the effects of FI on the Conservatism of Accounting Information of Brazilian banks, which are institutions with high FI values. We collect data from the website of the Central Bank of Brazil, from 2009 to 2019. We segregate observations according to decile analysis, according to IF values. We analyze groups with lower and higher IF values by using dummy variables and interactions to original variables of Cunha et al. (2016) model. The results indicate that banks with lower IF values are conservative and those with higher IF values are not conservative.

Keywords: Financial Instruments; Financial Institutions; Conditional Conservatism

Resumen

El conservadurismo condicional ha sido históricamente definido como uno de los principios de la contabilidad. Sin embargo, el registro de instrumentos financieros (FI) por la medida del valor razonable no se considera conservador. Este artículo investiga los efectos de FI en el conservadurismo de la información contable de los bancos brasileños, que son instituciones con altos valores de FI. Recopilamos datos del sitio web del Banco

Central de Brasil, de 2009 a 2019. Separamos las observaciones de acuerdo con el análisis de deciles, de acuerdo con los valores de FI. Analizamos grupos con valores IF más bajos y altos mediante el uso de variables ficticias e interacciones con las variables originales del modelo de Cunha et al. (2016). Los resultados indican que los bancos con valores IF más bajos son conservadores y aquellos con valores IF más altos no son conservadores.

Palabras clave: Instrumentos Financieros; Instituciones Financieras; Conservadurismo Condicional

1 Introdução

Diante da permissão/obrigatoriedade do registro de ativos e passivos com base no Regime de Competência, o debate das vantagens e desvantagens da aplicação do conservadorismo no registro das informações contábeis ganhou destaque. Pesquisadores passaram a investigar a importância, as vantagens e desvantagens do conservadorismo (GIVOLY; HAYN, 2000; BEAVER; RYAN, 2000; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; LAFOND; WATTS, 2008; LAUX; LEUZ, 2009; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010; ERKENS; SUBRAMANYAM; ZHANG, 2011) e quais características das entidades e se as legislações internacionais podem ter relação com informações contábeis conservadoras (PENMAN; ZHANG, 2002; BUSHMAN; PIOTROSKI, 2001; AHMED; BILLINGS; MORTON; STANFORD-HARRIS, 2002; COELHO; LIMA, 2007; ANDRÉ; FILIP; PAUGAM 2015; MORA; WALKER, 2015)

Mais especificamente, no setor bancário, surgiram trabalhos que analisaram as relações das características dessas entidades com o conservadorismo (BRITO; LOPES; COELHO, 2008; NICHOLS; WAHLEN; WIELAND, 2009; TAPIA; SÁNCHEZ; ALEMÁN; FERNÁNDEZ, 2011; DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013). Características essas que englobam, por exemplo, a ideia de que os bancos e instituições financeiras formam um setor que possui altos valores de ativos e passivos compostos por IF. Essa característica justifica a utilização do VJ para mensurar seus ativos e passivos.

Os auditores das instituições financeiras são considerados os principais responsáveis pela normatização a respeito da contabilização dos Instrumentos Financeiros (IF) nas Demonstrações Contábeis das entidades (MEIER; ALAM; PEARSON, 2012). Segundo os autores, esse fato se deve pela crescente utilização de derivativos pelas instituições financeiras, o que incentivava os auditores a discordar dos seus clientes. Então, o *lobbying* praticado pelos auditores providenciou incentivos à criação das normas. Ainda sem as normas, as operações de IF, tais como as operações de hedge, especulação e arbitragem, foram associadas às crises de instituições respeitadas como, por exemplo, o Banco inglês Barings (DARÓS; BORBA, 2005). Assim, os IF ganharam importância em instituições financeiras e órgãos reguladores.

Considerando que os bancos utilizam o VJ para contabilizar os IF, e que o uso do VJ como base de mensuração pode entrar em confronto com práticas conservadoras, é possível supor que essas instituições sejam menos conservadoras. Por outro lado, o setor bancário no Brasil, que é altamente regulado, é um setor composto por intermediários financeiros. Tais características podem movimentar uma atenção maior por parte de reguladores, do próprio mercado e da sociedade, pois exigem o pleno funcionamento dessas instituições. Para o pleno funcionamento das instituições deve haver um controle sobre a possibilidade de entrarem em falência, pois se entram em falência é provável que seja gerado um distúrbio financeiro no mercado. Assim, uma maior regulação e o cuidado com os números contábeis levariam às instituições a serem mais conservadoras.

Este contexto pode ser analisado sob a ótica da questão do conflito de interesses, em que os indivíduos da organização optam por uma prática ou outra conforme os seus interesses pessoais (JENSEN; MECKLING, 1976). Neste caso, os bancos e instituições financeiras têm motivos para escolher uma prática mais ou menos conservadora, conforme os interesses dos indivíduos ou da própria instituição. No caso das Demonstrações Financeiras das instituições financeiras é necessária uma grande segurança, pois o impacto em uma entidade pode gerar efeitos no mercado como um todo. Entretanto, não se pode perder a qualidade da informação contábil. Não reconhecer o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros (IF) quando há um acréscimo do valor dos Instrumentos Financeiros, seria uma grande limitação informacional.

Diante do exposto, faz-se necessário a investigação do conservadorismo nos bancos e como o conservadorismo pode ser afetado pelo alto valor de Instrumentos Financeiros, os quais têm seus valores baseados no Valor Justo. Sendo assim, o presente trabalho tem o intuito de estudar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional das Informações Contábeis evidenciadas pelos bancos.

Assim, o problema de pesquisa é definido: **Quais os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo das Informações Contábeis nos bancos brasileiros?** Diante desse problema de pesquisa, é possível formular o objetivo geral do trabalho que é: **Avaliar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo das Informações Contábeis nos bancos brasileiros.** Neste estudo, o Conservadorismo foi medido pelo modelo econométrico de Cunha et al. (2016).

Esta pesquisa se justifica pelo fato de este estudo trabalha o conceito de “Valor Justo”, o qual deve ser analisado a luz da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework for Financial Reporting*) emitida pelo IASB em março de 2018. O capítulo dois do *Framework* reintroduz uma referência explícita à noção de prudência e afirma que o exercício da prudência sustenta a neutralidade. A prudência então, é definida como o exercício

de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza, visando esclarecer que a representação fiel significa a representação da substância de um fenômeno econômico e não a representação de sua forma legal apenas. Dessa forma, é possível verificar que o Valor Justo deve ser mensurado com cautela, com o intuito de representar fielmente a essência da conta em vez de ser mensurado com base no pensamento “histórico” de subavaliação de ativos. Quando não mensurados de forma coerente, os ativos avaliados a Valor Justo podem interferir no conservadorismo das informações contábeis. Sendo assim, faz-se necessária a investigação da relação entre os valores de IF, mensurados a VJ, e o conservadorismo.

As contribuições deste trabalho se destacam na literatura e na prática. Na literatura, não foram encontrados trabalhos que analisaram o VJ, por meio dos IF, para analisar o Conservadorismo Condicional das empresas brasileiras. Este trabalho preenche esta lacuna, além de desenvolver um estudo que pode agregar à literatura a respeito das instituições financeiras brasileiras. Tendo em vista que é estudado o Conservadorismo Condicional das informações financeiras, é possível que os resultados desta pesquisa venham a contribuir nas análises de conservadorismo em bancos e, possivelmente, em outros setores que também possuem altos valores de IF quando comparados com os demais. É possível que a variável IF seja um fator que possa ser utilizado como variável de controle nos trabalhos sobre conservadorismo.

Na prática, também se destacam algumas contribuições. Por ser um setor importante no mercado, já que os bancos são intermediários financeiros, é possível que os resultados deste estudo mostrem que é possível ser mais ou menos conservador por causa dos valores de IF, mensurados à VJ. Por se tratar de uma conta cujos valores se baseiam em estimativas, já que os IF são mensurados pelo VJ, é possível que os bancos, ao apresentarem menos conservadorismo, conseqüentemente, também mostrem mais instabilidade. A instabilidade pode se desdobrar em crises financeiras advindas de subavaliações ou superavaliações de ativos e passivos, por exemplo de IF, mensurados pelo VJ. Portanto, é importante que a literatura consiga trabalhar essas questões de conservadorismo, pois, conseqüentemente, também trabalha a estabilidade financeira do setor e do país.

2 Referencial Teórico

2.1 Incentivos para Prática de Conservadorismo nos Bancos

Existem diversos fatores que podem influenciar os gestores na geração da informação contábil (BUSHMAN; SMITH, 2001), tais como custos contratuais, custos políticos atrelado ao tamanho da empresa, endividamento, fatores de mercado (WATTZ; ZIMMERMAN, 1986), o próprio julgamento dos gestores de decidir o que deve ser divulgado (HEALY; PALEPU, 2001) e as estruturas social, econômica e institucional (IUDÍCIBUS, 2004). Além disso, deve-se considerar que a padronização das normas permite a escolha de diferentes políticas contábeis. Neste contexto, os gestores têm a possibilidade de agir de modo oportunista e noções de lealdade, moralidade e outros valores do gênero não são levados em consideração (LOPES; UDÍCIBUS, 2012).

Sendo assim, os agentes podem ser considerados como oportunistas quando admitem que certas escolhas sejam pautadas pelos seus interesses pessoais em busca da maximização do seu bem-estar. Deve-se considerar que além da existência do conflito de interesses na geração da informação contábil, existem fatores que influenciam a divulgação dessas informações (KOTHARI; SHU; WYSOCKI, 2009). Sendo assim, existem fatores que influenciam significativamente o *disclosure* das informações e a escolha da política contábil a ser utilizada na produção da informação.

Diante do exposto, considerando a existência de conflito de interesses e os possíveis incentivos que influenciam na geração das informações financeiras, deve-se considerar que essas influências interferem na Qualidade da Informação Contábil. A qualidade das informações acaba por ser pautada pelo julgamento do gestor, o qual é autorizado pela discricionariedade das leis e normas internacionais de contabilidade.

A Qualidade da Informação é analisada com o intuito de verificar se essas informações atendem os diversos usuários com menos viés. Tais usuários são os investidores, reguladores, fornecedores, clientes, entre outros que também se baseiam nas informações financeiras para tomar as suas decisões. Na literatura a qualidade das informações é analisada principalmente por meio da *proxy* lucro contábil, pois as escolhas, políticas, estimativas e todos os procedimentos são refletidos no lucro contábil. A *proxy* lucro contábil é tão analisada que a Qualidade da Informação Contábil é reconhecida, na literatura, como *earnings quality*. Segundo Almeida (2010), esta é uma análise de extrema importância, já que assim, pode-se compreender quais foram os incentivos e fatores que por ventura influenciaram o reconhecimento, a mensuração e a evidência das informações contábeis (ALMEIDA, 2010).

Dessa forma, é possível entender que o lucro é um reflexo de todas as escolhas contábeis, políticas utilizadas e procedimentos aplicados pelo gestor. Essas influências nas escolhas do gestor acabam por serem refletidas no lucro e, conseqüentemente, na Qualidade da Informação Contábil. Essas influências englobam, por exemplo, a regulação, entidades que participam de um setor regulado e/ou de um setor que possui altos valores de ativos construídos por IF. Essas características podem influenciar no conservadorismo dos números contábeis dessas instituições, o qual é uma das métricas de Qualidade da Informação Contábil. Os estudos que relacionaram conservadorismo às características das instituições financeiras são escassos,

contudo, são abordados a seguir.

Na literatura internacional, se destacam os trabalhos de Tapia et al. (2011) e Nichols et al. (2009). O estudo de Tapia et al. (2011) investigou se havia relação entre o nível de TIER1 (“parâmetro de capitalização, definido no Acordo de Basileia, que inclui além das ações ordinárias e lucros retidos, as ações preferenciais, os instrumentos híbridos de capital e as dívidas sem vencimento”) e o conservadorismo condicional. Os resultados indicaram que havia uma relação negativa entre a prática de conservadorismo e nível de TIER1. Os autores indicaram que esses resultados poderiam ser explicados devido a uma maior vigilância por parte da regulação sobre bancos com menor nível de TIER1, para minimizar os custos de litígios e para reduzir a probabilidade de ações políticas regulatórias adversas.

Nichols et al. (2009) analisaram o conservadorismo condicional levando em consideração a estrutura de capital das entidades. O estudo analisou uma amostra de bancos e instituições financeiras norte-americanas, no período de 1992 a 2002. Os resultados encontrados indicaram maior grau de conservadorismo contábil nas informações financeiras de bancos que eram listados na bolsa do que nos bancos que tinham capital fechado.

No Brasil, os estudos que se destacam são os de Brito et al. (2008) e Dantas et al. (2013). Brito et al. (2008) investigaram o conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras, porém analisando principalmente a questão de ser uma entidade estatal ou privada. Os resultados indicaram que os lucros das instituições financeiras não apresentam atributos de conservadorismo condicional, porém ao examinar instituições públicas e privadas separadamente, há evidências da presença de conservadorismo nos resultados publicados somente pelos bancos estatais.

Por outro lado, o estudo de Dantas et al. (2013) não corroborou com o de Brito et al. (2008). Este estudo investigou o conservadorismo condicional em instituições financeiras e as evidências obtidas confirmaram, inicialmente, a hipótese de conservadorismo condicional nos resultados contábeis dos bancos brasileiros. Assim, a premissa de assimetria no reconhecimento das boas e más notícias, com o diferimento dos ganhos econômicos e reconhecimento mais tempestivo das perdas. Além disso, não confirmaram a expectativa de aumento dessa prática em momentos definidos como de risco sistêmico e por parte de bancos com menor Índice de Basileia.

É possível que essa diferença entre os resultados de Brito et al. (2008) e Dantas et al. (2013) seja explicada por questões temporais, considerando a entrada em vigor das IFRS. Brito et al. (2009) analisaram os períodos antes de 2008 e Dantas et al. (2013) estudaram os períodos a partir de 2010. Levando em consideração que as normas IFRS entraram em vigor, principalmente, a partir de 2009, é possível que as IFRS tenham feito com que os bancos apresentassem informações mais conservadoras, assim como indicado por Manganaris et al. (2015) em bancos europeus.

Apesar de o estudo de Manganaris et al. (2015) indicar que as normas IFRS parecem acentuar o conservadorismo nas informações financeiras dos bancos, a normas IFRS que trata de Instrumentos indica que a forma mais apropriada de contabilizar essa conta deve se basear no Valor Justo. Considerando que a mensuração por VJ é considerada uma das normas contrárias ao conservadorismo, é possível que os valores dos Instrumentos Financeiros possam causar efeitos diferentes na contabilidade de determinadas entidades que possuem altos valores de IF. Dessa forma, é possível que o próprio conservadorismo dos números contábeis seja afetado devido a esse maior ou menor valor de ativos mensurados pelo Valor Justo (os Instrumentos Financeiros). Uma forma de verificar se os Instrumentos Financeiros levam à uma contabilidade conservadora é comparar o conservadorismo das informações financeiras de entidades que possuem maior valor de IF com as entidades que possuem menor valor de IF. Assim, podem ser formuladas as Hipóteses de Pesquisa:

H₁₀: Os bancos brasileiros que possuem menores valores de Instrumentos Financeiros apresentam maior Conservadorismo Condicional em suas informações financeiras.

H₂₀: Os bancos brasileiros que possuem maiores valores de Instrumentos Financeiros apresentam menor Conservadorismo Condicional em suas informações financeiras.

Essa hipótese é analisada com base no modelo de Conservadorismo Condicional desenvolvido por Cunha et al. (2016), com base em trabalhos seminais (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR, 2005). **H₁₀** e **H₂₀** são aceitas, caso as variáveis de análise dos modelos 2 e 3, derivados do modelo de Cunha et al. (2016), que são apresentados na metodologia, demonstrem que o conservadorismo condicional aumenta para observações de bancos com menores valores de IF e diminui para observações de bancos com valores mais altos de IF.

2.2 Conservadorismo Condicional

Uma das métricas que é estudada na literatura como medida de Qualidade das Informações Contábeis é o Conservadorismo Contábil, em que é analisado o reconhecimento tempestivo das perdas (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; DECHOW; GE; SCHARAND 2010). Watts (2003) indica que o conservadorismo é necessário porque deve existir um reconhecimento diferente entre os ganhos e as perdas. O autor define que a sua forma extrema é o tradicional conservadorismo em que se antecipa todas as perdas, mas nenhum lucro. Existem duas formas de analisar o conservadorismo: o condicional e o incondicional. O

conservadorismo incondicional acontece quando é permitida uma escolha dentre outras, por exemplo, quando há mais de uma opção viável de mensuração e reconhecimento. Já o conservadorismo condicional é quando tenta-se antecipar as possíveis perdas econômicas com base em estimativas e no histórico dos números contábeis (COELHO, 2007).

A especificação original do modelo de conservadorismo condicional proposto por Ball e Shivakumar (2005) é o seguinte:

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (a)$$

em que:

ΔLL_{it} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t ;

D_{it-1} : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período $t-1$;

ΔLL_{it-1} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período $t-1$;

Sob a premissa do conservadorismo, as más notícias (variações negativas dos lucros) são reconhecidas mais oportunamente nos resultados do que as boas notícias (variações positivas dos lucros). Para análise do modelo de Ball e Shivakumar (2005), é necessária a verificação dos valores e sinais dos coeficientes dos betas.

O modelo Ball e Shivakumar (2005) propõe na hipótese de conservadorismo dos resultados que: a) $\beta_2 > 0$: quando há o reconhecimento diferido dos ganhos até o ponto em tenham promovido impacto no fluxo de caixa, o que gera resultados positivos persistentes. Em outras palavras, há menor tendência de os ganhos serem revertidos ou estornados, uma vez que houve maior rigor para reconhecê-los no resultado (BALL; SHIVAKUMAR, 2005, p. 92); b) $\beta_3 < 0$: quando ocorre maior reconhecimento das perdas econômicas em relação aos ganhos. (BALL; SHIVAKUMAR, 2005, p. 92); c) $\beta_2 + \beta_3 < 0$: se o reconhecimento oportuno das perdas é considerado um elemento transitório, o que aponta para maior tendência de reversão do resultado nos exercícios subsequentes (BALL; SHIVAKUMAR, 2005, p. 92).

Pode-se observar que β_2 é um fator mais relacionado à persistência dos lucros. Logo, o que realmente importa para a análise do conservadorismo é β_2 e $\beta_2 + \beta_3$. Como β_2 está relacionado à persistência, que sempre será positivo quando a mesma existir, se $\beta_2 + \beta_3$ for negativo é porque β_3 era negativo. Logo, o presente estudo parte da análise apenas de $\beta_2 + \beta_3$ para concluir sobre o conservadorismo condicional. Por esse motivo, as análises serão feitas com base no modelo Cunha et al. (2016), o qual utilizou um artifício matemático que tem como referência um procedimento proposto por Uriel (2013), que consiste na inclusão de um novo coeficiente oriundo da soma de dois coeficientes originais. Então, como uma forma de simplificar o modelo de Ball e Shivakumar (2005), no que tange à análise da soma dos β_2 e β_3 , o qual deve ser menor que zero, Cunha et al. (2016) alteraram o modelo de conservadorismo condicional. O modelo desenvolvido pelos autores é o seguinte:

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (b)$$

em que:

ΔLL_{it} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t ;

D_{it-1} : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período $t-1$;

ΔLL_{it-1} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período $t-1$;

Segundo os autores, a amostra analisada apresenta conservadorismo condicional nas informações contábeis quando o coeficiente de β_3 , que representa a soma de β_2 e β_3 do modelo Ball e Shivakumar (2005) apresenta valores negativos e significantes, no modelo (b). Assim, a hipótese de conservadorismo será confirmada quando β_3 for negativo e significativo.

3 Metodologia

3.1 Definição de Variáveis e Análises

Tendo como objetivo investigar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo contábil dos bancos, são criados grupos de empresas de acordo com o valor de Instrumentos Financeiros e, depois, os grupos são comparados ao resto da amostra. O critério de corte é o de decis, pois é uma forma de análise de subgrupos da amostra já utilizada pela literatura prévia em contabilidade, tais como o artigo seminal de Sloan (1996).

Primeiramente, a variável IF_{it} foi criada, a qual tem o valor dos Instrumentos Financeiros (IF_{it}) de cada observação naquele ano. Em seguida, as observações foram separadas em grupos. Os grupos foram formados de acordo com uma análise de decis. As observações com maiores valores de IF se encontraram acima do Decil 10 e as observações com menores valores de IF se encontraram abaixo do Decil 1. Assim,

foram criadas as variáveis de *dummy* “ $D1IF_{it}$ ” e “ $D10IF_{it}$ ” para as empresas com menores valores de IF e para as empresas com maiores valores de IF, respectivamente. Sendo assim, para $D1IF_{it}$ foi atribuído o valor 1 para observações com valores abaixo do primeiro Decil e 0 para as demais. Para $D10IF_{it}$, foi atribuído o valor 1 para observações com valores acima do último decil e 0 para as demais. Assim, as observações foram separadas entre aquelas com maiores valores de IF e aquelas com menores valores de IF.

Tabela 1 – Definição das variáveis de segregação de bancos.

Variável	Descrição
IF_{it}	Valor de Instrumentos Financeiros
$D1IF_{it}$	<i>Dummy</i> , em que o valor 1 é atribuído para as observações de bancos que se encontram no primeiro decil e 0 para as demais.
$D10IF_{it}$	<i>Dummy</i> , em que o valor 1 é atribuído para as observações de bancos que se encontram no décimo decil e 0 para as demais.

Fonte: Própria autoria.

3.2 Especificação dos Modelos de Análise

A verificação dos efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional das informações contábeis divulgadas foi possível diante da análise com base no modelo de Dantas et al. (2013) que mede a prática de conservadorismo das informações financeiras pelas entidades da amostra. A primeira análise consistiu na aplicação desse modelo original em todas as entidades. Em seguida, foram analisados os modelos com interações das variáveis originais com as variáveis *dummy* de segregação de empresas. As análises foram feitas comparando os bancos com alto valor de IF e baixo valor de IF. Os modelos ajustados utilizados nas análises são apresentados a seguir.

Os modelos analisam o reconhecimento tempestivo das perdas, informação contábil contida nos relatórios financeiros. As variáveis “ $D1IF_{it}$ ” e “ $D10IF_{it}$ ” foram interagidas às variáveis originais dos modelos com o intuito de analisar os efeitos das *dummies* de segregação das entidades de acordo com os IF no Conservadorismo Condicional da Informação Contábil. Para simplificar os resultados, foi criada a variável “ $D1IF_{jit}$ ” ora representando a variável “ $D1IF_{it}$ ”, ora representando a variável “ $D10IF_{it}$ ”, a depender da análise.

As interações das variáveis dos modelos originais com as variáveis *dummy* de interesse permitem a análise dos grupos. Essa análise é feita como se houvesse subgrupos sendo analisados separadamente. Dessa forma, os modelos com interações devem ser analisados somando-se os coeficientes dos betas e depois analisados como modelos originais, porém as interações devem ser analisadas somente para o grupo de interesse, em que a *dummy* tem o valor 1.

Os modelos das regressões analisadas são os seguintes: (1) modelo de Conservadorismo Condicional de Cunha et al. (2016); (2) modelo com interações das variáveis originais com $D1IF$ ($D1$, bancos com menores valores de Instrumentos Financeiros); (3) modelos com interações das variáveis originais com $D10IF$ ($D10$, bancos com valores maiores de Instrumentos Financeiros).

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * D1IF_{it} + \beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D1IF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D1IF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * D10IF_{it} + \beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D10IF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D10IF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que:

ΔLL_{it} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t ;

D_{it-1} : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período $t-1$;

ΔLL_{it-1} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período $t-1$;

$D1IF_{it}$: variável *dummy* de segregação de grupos de as observações de bancos, sendo $D1IF_{jit}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para as demais;

$D10IF_{it}$: variável *dummy* de segregação de grupos de as observações de bancos, sendo $D10IF_{jit}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 para as demais.

Ano : variável *dummy* de controle de ano, utilizada como uma forma de controlar os efeitos externos aos da análise, que podem alterar o comportamento do mercado, relacionados, por exemplo, ao ambiente econômico.

Quanto aos procedimentos econométricos, foram feitos os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan para identificar qual seria o estimador seria mais adequado dentre pools, efeitos fixos e aleatórios. Os

resultados obtidos indicaram o estimador de efeitos fixos como mais adequado para testar as regressões, considerando 5% de significância. Também foram testados os pressupostos das regressões (normalidade, multicolinearidade e heterocedasticidade). Foi encontrada a normalidade com base nos resultados do teste de Shapiro Francia, a não multicolinearidade com valores menores que 4 de VIF e a heterocedasticidade dos resíduos. Por isso, as regressões foram estimadas com erros-padrão robustos (correção de White). importante salientar que as variáveis dos modelos foram *winsorizadas* no limite inferior de 1% e superior de 99%.

3.3 Seleção da Amostra

A amostra foi composta pelas observações dos bancos coletadas no site do Banco Central do Brasil. Para este trabalho foi definido o período de corte da análise (2009 a 2016) devido ao início da implementação das *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, normas estas que definiram o tratamento das informações contábeis internacionalmente. Foram analisados os bancos que apresentaram todas as informações necessárias para os modelos propostos no estudo. Deve-se considerar que a amostra é balanceada. Ou seja, a amostra é composta pelos bancos que tiveram todas as informações necessárias para a análise durante todos os anos entre 2009 e 2016. Sendo assim, inicialmente a amostra era composta por 1357 observações, depois dos cortes devido à falta de informações em todos os anos, a amostra foi composta por 814 observações. Como as variáveis são defasadas, a amostra final para testar os modelos é composta por 666 observações.

4 Análise dos Resultados

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da estatística descritiva das variáveis que compõem este estudo.

Tabela 2 - Estatística Descritiva

Painel A: Estatística descritiva das variáveis originais e de interesse dos modelos.			
Variável	ΔLL_{it}	ΔLL_{it-1}	IF_{it}
N. de Obs.	666	666	666
Média	0,0005	0,0002	14.900.000
Mediana	0,0004	0,0004	678334,5
Desv. Padrão	0,0086	0,0089	44.700.000
Mínimo	-0,0143	-0,0164	0
Máximo	0,0160	0,0151	317.311.973
Decil 1	-0,0143	-0,0164	4.157
Decil 10	0,0160	0,0151	30.918.726

Painel B: Estatística descritiva da variável IF de acordo com os decis.					
Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IF_{it}	67	741,72	1156,23	0	4.157
IF_{it}	66	126.776.119	76.382.375	31.000.000	317.311.973

Em que: ΔLL_{it} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t ; ΔLL_{it-1} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período $t-1$; IF_{it} : valor de Instrumentos Financeiros; $D1IF_{it}$: variável dummy de segregação de grupos de observações de bancos, sendo $D1IF_{it}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para as demais; $D10IF_{it}$: variável dummy de segregação de grupos de as observações de bancos, sendo $D10IF_{it}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 para as demais.

Verifica-se na Tabela 2, no Painel A, que as variáveis ΔLL_{it} e ΔLL_{it-1} apresentam valores de média, mediana e desvio padrão similares por se tratar da mesma variável, porém com uma sendo defasada. Verifica-se também, no Painel B, que os valores de IF de acordo com a análise de decis se diferenciam na casa dos milhões. Esses valores distantes de IF entre o Decil 1 e Decil 10 reforçam a necessidade de se analisar quais efeitos dos IF no Conservadorismo Condicional. De qualquer forma, as análises não utilizam a variável de IF nos modelos, mas tão somente para criar os grupos de decis.

Na Tabela 3 são apresentados os resultados das regressões dos modelos: (1) modelo original de Conservadorismo Condicional de Cunha et al. (2016); (2) modelo com interações das variáveis originais com $D1IF$ ($D1$, bancos com menor valor de Instrumentos Financeiros); (3) modelos com interações das variáveis originais com $D10IF$ ($D10$, bancos com maior valor de Instrumentos Financeiros).

Primeiramente, antes de serem feitas as análises dos resultados, deve-se considerar a análise de Cunha et al. (2016) a respeito dos coeficientes com relação à significância estatística e sinais que β_3 deve

apresentar para que as empresas sejam consideradas conservadoras. Assim como apresentado no Referencial Teórico, verifica-se conservadorismo na amostra quando o valor de β_3 se mostrar negativo e significativo. Nos modelos com as interações das variáveis (modelos 2 e 3), é encontrado conservadorismo condicional quando β_6 , variável em β_3 com interações das *dummies* de segregação de empresa de acordo com os decis de IF, se mostrar negativo e significativo.

Tabela 3 - Resultados das regressões dos modelos de Conservadorismo Condicional

Modelo	(1)	(2)	(3)
Variáveis	ΔLL_{it}	ΔLL_{it}	ΔLL_{it}
	$(1) \Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it}$ $(2) \Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * D11F_{it} + \beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D11F_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D11F_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it}$ $(3) \Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * D10IF_{it} + \beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D10IF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D10IF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it}$		
$\beta_1 D_{it-1}$	-0,000413 (-0,399)	-0,000319 (-0,301)	-0,000652 (-0,578)
$\beta_2 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}]$	-0,166* (-1,709)	-0,230** (-2,271)	-0,151 (-1,529)
$\beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$	-0,588*** (-6,489)	-0,501*** (-5,319)	-0,626*** (-6,697)
$\beta_4 D_{it-1} * D11F_{it}$		-0,00398 (-1,201)	
$\beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D11F_{it}$		0,361** (2,296)	
$\beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D11F_{it}$		-0,814*** (-2,954)	
$\beta_4 D_{it-1} * D10IF_{it}$			0,00194 (0,734)
$\beta_5 [(1 - D_{it-1}) * \Delta LL_{it-1}] * D10IF_{it}$			-0,292 (-0,784)
$\beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D10IF_{it}$			0,986** (2,015)
β_0	-0,00137 (-1,141)	-0,00132 (-1,107)	-0,00141 (-1,173)
Número de Observações	666	666	666
R2	0,177	0,198	0,184
R2Ajust.	0,0581	0,0777	0,0607
Estat-F	11,37	10,22	9,286
Estat-p	0,000	0,000	0,000

Em que: ΔLL_{it} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t; D_{it-1} : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período t-1; ΔLL_{it-1} : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t-1; $D11F_{it}$: variável *dummy* de segregação de grupos de as observações de bancos, sendo $D11F_{it}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para as demais; $D10IF_{it}$: variável *dummy* de segregação de grupos de as observações de bancos, sendo $D10IF_{it}$ igual a 1 se a observação pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 para as demais. *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1.

Verifica-se na Tabela 3, que no modelo 1, aplicado em todos os bancos (modelo 1), o beta da variável $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$ apresenta coeficiente negativo e significativo ($\beta_3 = -0,588***$), atendendo assim, às exigências do modelo de Cunha et al. (2016) para a amostra ser considerada conservadora. Esses resultados atendem às exigências necessárias para indicar que há conservadorismo nas informações divulgadas pelos bancos analisados na amostra. Esses resultados mostram que, de forma geral, os bancos são conservadores, pois satisfazem as condições do modelo de medição de Conservadorismo Condicional, corroborando os achados de Cunha et al. (2013).

No modelo 2, modelo com interações das variáveis originais com a *dummy* de segregação de

empresas (D1IF), verifica-se que o beta da variável $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D1IF_{it}$ apresenta coeficiente negativo e significativo ($\beta_6 = -0.814^{***}$). Somando-se os betas de β_3 ($\beta_3 = -0.501^{***}$) e β_6 ($\beta_6 = -0.814^{***}$), verifica-se um resultado negativo de 0.313. Ou seja, os resultados atendem, assim, às exigências do modelo de Cunha et al. (2016) para a amostra ser considerada conservadora com relação ao grupo formado pelo Decil 1. Portanto, esses resultados indicam que o conservadorismo é acentuado nas informações divulgadas pelos bancos com menores valores de IF (Decil 1).

No modelo 3, modelo com interações das variáveis originais com a *dummy* de segregação de empresas (D10IF), verifica-se que o beta da variável $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * D10IF_{it}$ apresenta coeficiente positivo e significativo ($\beta_6 = 0.986^{**}$). Somando-se os betas de β_3 ($\beta_3 = -0.626^{***}$) e β_6 ($\beta_6 = 0.986^{**}$), verifica-se um resultado positivo de 0.360. Ou seja, os resultados não atendem às exigências do modelo de Cunha et al. (2016) para que a amostra seja considerada conservadora com relação ao grupo formado pelo Decil 10. Portanto, esses resultados indicam que há diminuição do conservadorismo nas informações divulgadas pelos bancos com maiores valores de IF (Decil 10).

Os resultados permitem três análises principais. A primeira é com relação ao modelo geral (modelo 1), o modelo teórico desenvolvido por de Cunha et al. (2016). Neste modelo, pode-se observar que, em geral, as instituições financeiras brasileiras praticam o conservadorismo condicional. Diante dos resultados, é possível verificar que as entidades da amostra demonstram conservadorismo condicional nas informações divulgadas. Esse resultado não corrobora os achados de Brito et al. (2008). Por outro lado, este estudo corrobora os achados mais recentes de Dantas et al. (2013), os quais também encontraram evidências de existência de conservadorismo condicional em instituições financeiras. Assim como abordado anteriormente, esses resultados podem ser explicados pela possibilidade de que com a entrada em vigor das IFRS, os bancos passaram a apresentar mais conservadorismo condicional (MANGANARIS; SPATHIS; DASILAS, 2015).

A segunda e a terceira análises podem ser feitas com base nos modelos em que são feitas interações das variáveis originais com as variáveis *dummy* de segregação de observações de bancos de acordo com o valor de Instrumentos Financeiros contabilizados (modelo 2 e modelo 3). A interação das variáveis dos modelos permitiu a análise dos subgrupos criados (observações de bancos com valor maiores de Instrumentos Financeiros contabilizados, Decil 1, e observações de bancos com valores menores de Instrumentos Financeiros contabilizados, Decil 10). O modelo 2 analisa o grupo com menores valores de Instrumentos Financeiros contabilizados, Decil 1. A análise do modelo 1 permitiu identificar que a amostra do Decil 1 apresentou Conservadorismo Condicional nas informações contábeis. Por outro lado, o modelo 3, o qual analisa as entidades com maiores valores de Instrumentos Financeiros contabilizados, Decil 10, indica que há diminuição do Conservadorismo Condicional nas informações das observações com maiores valores de IF.

Os resultados deste trabalho indicam, portanto, que o Conservadorismo Condicional é menor em bancos com valores mais altos de IF contabilizados. Assim, é possível que essas entidades com valores extremos de IF sejam menos conservadoras devido à utilização do Valor Justo como base de mensuração dos Instrumentos Financeiros. Portanto, há indicação de que o uso do VJ como base de mensuração dos IF afete o conservadorismo condicional das informações divulgadas pelas entidades.

De qualquer forma, é possível identificar que essa característica de possuir valores maiores valores de IF têm relação com a possível ausência de Conservadorismo Condicional das informações contábeis divulgadas por essas entidades. Considerando que os bancos e as instituições financeiras formam um setor que possuem altos valores de ativos compostos por IF, essa característica justifica a maior utilização do VJ para mensurar seus ativos e passivos. O uso do VJ como base de valor entra em confronto com a ideia de conservadorismo e os bancos têm essa prática tanto para mensurar os IF para mais quanto para menos.

Existem incentivos que podem influenciar as instituições financeiras a serem mais ou menos conservadoras. Por exemplo, a regulação por parte do Banco Central pode fazer com que as instituições financeiras sejam menos conservadoras a fim de respeitar as exigências do setor, tais como os índices da Basileia. Por outro lado, como já abordado, o setor bancário no Brasil, é altamente regulado justamente por ser um setor composto por intermediários financeiros. Tais características podem movimentar uma atenção maior por parte de reguladores, do próprio mercado e da sociedade, por exigirem o pleno funcionamento dessas instituições. Esse pleno funcionamento das instituições exige um controle sobre a possibilidade de entrarem em falência, pois se entram em falência, é provável que seja gerado um distúrbio financeiro no mercado. Assim, uma maior regulação e cuidado com os números contábeis levariam às instituições a serem mais conservadoras. Diante dessa discussão, é possível que a regulação possa ser um fator que explicaria tanto a presença quanto a ausência do Conservadorismo Condicional nas informações contábeis das instituições financeiras.

A característica de presença de regulação como um fator que influencia a tomada de decisão dos gestores foi documentada por Watts e Zimmerman (1990), assim como os fatores de existência de planos de incentivos/bônus, custos de produção da informação financeira, endividamento da entidade e os custos políticos relacionados aos lucros e, conseqüentemente, ao tamanho da empresa (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; 1979; 1986). Neste caso, os bancos e instituições financeiras têm motivos para escolher uma prática mais conservadora ou não, conforme os interesses dos indivíduos ou da própria instituição. Como a utilização

do VJ como base de mensuração dos IF permite certa discricionariedade, as entidades com valores extremos de IF parecem se distanciar da prática do conservadorismo, talvez por causa da alta regulação.

4.1 Análises Adicionais

Com base em literatura preexistente, que estudou o conservadorismo nos bancos, procurou-se proceder com análises adicionais. A primeira análise adicional foi feita com base no estudo sobre bancos com capital aberto (NICHOLS et al., 2009). O estudo identifica diferença de conservadorismo nas informações contábeis entre bancos de capital aberto e fechado.

Para executar a análise adicional, primeiramente, foi testado o modelo de Cunha et al. (2016) com interação entre as variáveis originais e as variáveis *dummy* de segregação de observações entre bancos de capital aberto e fechado. Posteriormente, foram analisados outros dois modelos com interação entre as variáveis originais do modelo de Cunha et al. (2016), as variáveis *dummy* de segregação de empresas de capital aberto e fechado e as variáveis *dummy* de segregação de observações de acordo com os valores de IF criadas neste estudo.

Os resultados não indicaram que há diferença entre o conservadorismo contábil de bancos com capital aberto e fechado. Esse resultado não corrobora os achados de Nichols et al. (2009), provavelmente por causa do início de vigência das normas IFRS, as quais devem ter incentivado à prática conservadorismo nos bancos (MANGANARIS; SPATHIS; DASILAS, 2015).

Já os modelos com interações, incluindo as *dummies* de segregação de empresas de acordo com os valores de IF, mostraram que o efeito de ser um banco de capital aberto e ter valores mais altos de IF, faz com que as informações sejam mais conservadoras. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que, mesmo tendo altos valores de IF contabilizados, os bancos devem seguir práticas mais conservadoras por serem mais monitoradas pelo mercado. Não foi possível realizar uma segunda análise adicional com relação à questão de o banco ser estatal (BRITO, LOPES; COELHO, 2008) ou não, pois não foi possível compor uma amostra larga o suficiente para analisar os modelos com as variáveis interagidas de *dummy* de estatal e de IF.

4.2 Análises de Robustez

Foram feitas algumas análises de robustez relacionadas ao estimador utilizado (efeitos fixos *versus* *pools*) e aos cortes da amostra (decil *versus* quartil). Os resultados apresentados neste estudo foram estimados por efeitos fixos considerando a significância de 5% para os resultados dos testes para identificar o estimador mais adequado entre *pools* e efeitos fixos para as análises. Sendo assim, procedeu-se com as análises dos mesmos modelos, 1, 2 e 3, porém sendo estimados por *pools*.

Os resultados permaneceram os mesmos com relação aos sinais e significância, variando no máximo de 5% para 10% de significância com relação aos betas de interesse. Na segunda análise de robustez, foram testados os modelos 1, 2 e 3, porém interagindo variáveis de quartis e não de decis. Os resultados para essas análises de quartis não mostrou haver diferença entre os bancos de modo geral e os grupos de bancos no primeiro e no terceiro quartil com base em IF, com relação à análise do conservadorismo condicional. Ou seja, o Conservadorismo Condicional dos bancos varia em bancos que possuem valores extremos de IF (diminui para os 10% com mais IF e aumenta para os 10% com menos IF), porém esse resultado não se estende aqueles bancos com os 25% com mais IF e os 25% com menos IF.

Por fim, também foram feitas análises adicionais com as duas *dummies* de segregação de observações de bancos no mesmo modelo. Ou seja, as variáveis originais foram interagidas com $D1IF_{it}$ e $D10IF_{it}$ e todas as variáveis foram adicionadas no mesmo modelo com o intuito de analisar também as observações entre os decis 1 e 10. Os resultados para o Decil 1 e Decil 10 permaneceram os mesmos, ou seja, o Conservadorismo Condicional diminui para o Decil 1 e aumenta para o Decil 10, enquanto os resultados para as entidades nos demais decis permanecem apresentando Conservadorismo Condicional.

5 Conclusão

Os resultados empíricos levam a inferir que o atributo do Conservadorismo Condicional foi encontrado nas informações contábeis dos bancos de forma geral. Esses resultados não corroboram os achados de Brito et al. (2008), porém são similares aos de Cunha et al. (2016). Esses resultados podem ser explicados devido à entrada em vigor das normas IFRS a partir de 2009 (MANGANARIS; SPATHIS; DASILAS, 2015), apesar de serem consideradas normas que se distanciam do conservadorismo contábil.

De qualquer forma, o objetivo principal do trabalho foi investigar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional das informações contábeis. Foi feita uma comparação entre bancos com maiores valores de IF e bancos com menores valores de IF. Foi possível identificar diferenças com relação ao Conservadorismo Condicional. Enquanto possuir maiores valores de IF diminui o Conservadorismo Condicional, possuir menores valores de IF acentua a prática conservadora dos bancos da amostra. Dessa forma, as hipóteses **H1₀: Os bancos brasileiros que possuem menores valores de**

Instrumentos Financeiros apresentam maior Conservadorismo condicional em suas informações financeiras e H2₀: Os bancos brasileiros que possuem maiores valores de Instrumentos Financeiros apresentam menor Conservadorismo Condicional em suas informações financeiras foram confirmadas.

Foi observado que é possível que o uso do Valor Justo para mensurar os valores de IF interfira negativamente no conservadorismo contábil dos bancos com maiores valores de IF. Esse resultado é demonstrado pela não identificação de conservadorismo nos bancos com valores mais altos de IF. Também foi observado que para observações de bancos com menores valores de IF, o Conservadorismo Condicional é maior. Deve-se considerar, assim, que as Normas Internacionais IFRS podem se distanciar do conservadorismo contábil devido à utilização do VJ como base de mensuração. Dessa forma, as IFRS não parecem refletir o conservadorismo ao obrigar/permitir a mensuração de ativos e passivos com base no Valor Justo.

Conclui-se que, a mensuração dos valores de Instrumentos Financeiros com base no Valor Justo parece interferir no Conservadorismo Condicional das informações contábeis apresentadas pelas instituições financeiras. É possível que os valores analisados neste trabalho, que dizem respeito aos valores altos/baixos de VJ estejam subavaliando ou superavaliando os ativos, fazendo com que a essência econômica da conta não respeite o conceito de prudência abarcado pelo IASB (2018). Como consequência, a qualidade da informação contábil é prejudicada, no que diz respeito ao conservadorismo das informações.

Nota-se que há um desenvolvimento da contabilidade ao permitir a contabilização de ativos e passivos pelo Valor Justo, pois há um distanciamento do conservadorismo historicamente enraizado na contabilidade. Seguindo essa ideia, Mora e Walker (2015) definem que as entidades não devem ser sempre conservadoras, porque nem sempre a informação seguirá a essência sobre a forma. Por outro lado, os valores contábeis ficam “à deriva” dos valores de mercado que podem superavaliar ou subavaliar os registros contábeis que são baseados em previsões.

No caso das Demonstrações Financeiras das instituições financeiras é necessário que haja segurança para mensurar as contas, principalmente com relação aos IF, por serem consideradas contas com altos valores nos bancos e que podem ser mensurados com base no Valor Justo. Essa necessidade de segurança é explicada devido ao impacto que uma instituição financeira pode gerar no mercado como um todo, justamente por ser uma entidade que intermedia transações entre entidades. Entretanto, essa busca por segurança pode permitir que a informação contábil perca a qualidade. Por exemplo, não reconhecer o VJ dos Instrumentos Financeiros quando há um acréscimo desse valor, seria uma grande limitação informacional.

Adicionalmente, por meio das análises adicionais, este trabalho mostra o efeito de apresentar valores mais altos de IF contabilizados e de o banco ser de capital aberto com base em Nichols et al. (2009). O efeito dos IF aumenta o Conservadorismo Condicional no sentido em que as informações continuam sendo conservadoras, mesmo quando os bancos contabilizam valores altos de IF. Portanto, para aqueles bancos que possuem valores altos de IF, parece ser importante que sejam de capital aberto para que possam apresentar informações contábeis conservadoras, com maior qualidade e, possivelmente, maior confiabilidade.

Este trabalho também apresenta os resultados das análises de robustez. Os resultados se mostram robustos com relação ao estimador (efeitos fixos *versus pools*), porém, não se mostram robustos com relação aos cortes feitos da amostra (decil *versus* quartil). Sendo assim, o efeito dos IF sobre o Conservadorismo Condicional só é percebido quando o corte da análise é mais restrito, feito por decis. Dessa forma, é possível identificar que somente aqueles bancos com valores extremos (10% mais altos e 10% mais baixos de IF), apresentam mais ou menos conservadorismo. Ou seja, para bancos com valores entre o intervalo analisado neste estudo, o conservadorismo não se altera. Por fim, as hipóteses também são confirmadas na terceira análise de robustez em que são adicionadas as variáveis de interação entre as variáveis originais e as *dummies* de decis no mesmo modelo.

Este estudo apresenta limitações no que tange, principalmente, à amostra ser somente do Brasil. Sugere-se para futuras pesquisas, que sejam feitas análises com uma amostra maior, por exemplo, considerando diferentes continentes ou países. Os continentes e países podem se diferenciar por diversos aspectos, tais como o sistema legal e judicial e políticas econômicas, os quais podem apresentar relações diferentes com o conservadorismo das entidades (BUSHMAN; PIOTROSKI, 2006). Além disso, futuras pesquisas podem incrementar os resultados com análises de governança corporativa, a qual pode levar a níveis mais altos ou baixos de conservadorismo (LARA; OSMA; PENALVA, 2009).

Referências

AHMED, A. S.; BILLINGS, B. K.; MORTON, R. M.; STANFORD-HARRIS, M. The role of accounting conservatism in mitigating bondholder-shareholder conflicts over dividend policy and in reducing debt costs. **The Accounting Review**, v. 77, n. 4, p. 867-890, out. 2002. DOI: 10.2308/accr.2002.77.4.867

ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/T.12.2010.tde-29112010-182706

ANDRÉ, P.; FILIP, A.; PAUGAM, L. The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe. **Journal of Business Finance & Accounting**, n. 42, p. 485-514, 2015. DOI: 10.1111/jbfa.12105

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, 2005. DOI: 10.1016/j.jacceco.2004.04.001

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, p. 467-498, 2008. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BEAVER, W. H.; RYAN, S. G. Biases and Lags in Book Value and Their Effects on the Ability of the Book-to-market Ratio to Predict Book Return on Equity. **Journal of Accounting Research**, v. 38, p. 127-148, 2000. DOI: 10.2307/2672925

BRITO, G. A.; LOPES, A. B.; COELHO, A. C. D. Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais e Privadas. In Congresso ENANPAD, Rio de Janeiro, 2008. **Anais...**, 2008.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial Reporting Incentives for Conservative Accounting: The Influence of Legal and Political Institutions. **The Journal of Accounting and Economics**, p. 107-148, 2001. DOI: 10.2139/ssrn.650244

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Financial accounting information and corporate governance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 237-333, 2001.

COELHO, A. C. C. **Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Publicados no Brasil**, 240 f., 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. DOI: 10.11606/T.12.2007.tde-20082007-142442

COELHO, A. C.; LIMA, I. S. Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 18, p. 38-49, 2007. ISSN 45. DOI: 10.1590/S1519-70772007000400004

CUNHA, E. S.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Dois Modelos Contemporâneos de Divulgação Financeira na Indústria Bancária Brasileira: Qual É Mais Conservador? **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 3, p. 301-317, 2016.

DANTAS, J. A.; PAULO, E.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo Contábil na Indústria Bancária Brasileira em Situações de Maior Percepção de Risco. **Revista Universo Contábil**, v. 9, p. 83-103, 2013. ISSN 2. DOI: 10.4270/RUC.2013214

DARÓS, L. L.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 39, p. 68-80, 2005. DOI: 10.1590/S1519-70772005000300006

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

ERKENS, D. H.; SUBRAMANYAM, K. R.; ZHANG, J. Affiliated banker on board and conservative accounting. **The Accounting Review**, v. 89, n. 5, p. 1703-1728, 2014.

GIVOLY, D.; HAYN, C. The Changing Time-series Properties of Earnings, Cash Flows and Accruals: Has Financial Reporting Become More Conservative? **Journal of Accounting and Economics**, n. 29, p. 287-329, 2000. DOI: 10.1016/S0165-4101(00)00024-0

HEALY, P.; PALEPU, K. Information Asymmetry, Corporate Disclosure and Capital Markets: A Review of Empirical Disclosure Literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 405-440, 2001. DOI:

10.2139/ssrn.258514

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI: 10.1016/0304-405X(76)90026-X

KOTHARI, S. P.; SHU, S.; WYSOCKI, P. D. Do Managers Withhold Bad News? **Journal of Accounting Research**, n. 47, p. 241-276, 2009. ISSN 1. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00318.x

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The Information Role of Conservatism. **The Accounting Review**, n. 83, p. 447-478, 2008. DOI: 10.2139/ssrn.921619

LARA, J. M. G.; OSMA, B. G.; PENALVA, F. Accounting conservatism and corporate governance. **Review of Accounting Studies**, v. 14, n. 1, p. 161-201, 2009. DOI: 10.1007/s11142-007-9060-1

LAUX, C.; LEUZ, C. The Crisis of Fair-Value Accounting: Market Sense of the Recent Debate. **Accounting, Organizations and Society**, n. 34, p. 826-834, 2009. ISSN 6-7. DOI: 10.1016/j.aos.2009.04.003

LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2012. DOI: 10.1007/s11142-008-9082-3

MANGANARIS, P.; SPATHIS, C.; DASILAS, A. The effects of mandatory IFRS adoption and conditional conservatism on European bank values. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 24, p. 72-81, 2015. DOI: 10.1016/j.intaccudtax.2015.02.004

MEIER, H. H.; ALAM, P.; PEARSON, M. A. Auditor lobbying for accounting standards: the case of banks and savings and loan associations. **Accounting and business research**, v. 23, n. 92, p. 477-487, 1993.

MORA, A.; WALKER, M. The Implications of Research on Accounting Conservatism for Accounting Standard Setting. **Accounting and Business Research**, n. 45, p. 620-650, 2015. ISSN 5. DOI: 10.1080/00014788.2015.1048770

NICHOLS, C. D.; WAHLEN, J. M.; WIELAND, M. M. Publicly Traded Versus Privately Held: Implications for Conditional Conservatism in Bank Accounting. **Review of Accounting Studies**, n. 14, p. 88-122, 2009. ISSN 1. DOI: 10.1007/s11142-008-9082-3

PENMAN, S. H.; ZHANG, X. Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. **The Accounting Review**, v. 77, n. 2, p. 237-264, 2002. DOI: 10.2308/accr.2002.77.2.237

SLOAN, R. G. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? **The Accounting Review**, p. 289-315, 1996.

TAPIA, B. A.; SÁNCHEZ, C. B.; ALEMÁN, J. P.; FERNÁNDEZ, M. T. T. Conservadurismo del Resultado y Riesgo de Litigio en el Sector Bancario. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, n. 40, p. 556-585, 2011. ISSN 152. DOI:10.4270/RUC.2013214

WATTS, R. Conservatism in Accounting part I: Explanations and Implications. **Accounting Horizons**, n. 17, p. 207-221, 2003. DOI: 10.2308/acch.2003.17.3.207

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, p. 112-134, 1978.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. The demand for and supply of accounting theories: The market for excuses. **The Accounting Review**, p. 273-305, 1979.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. [S.l.]: Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. **The Accounting Review**, n. 65, p. 131-156, 1990.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PPGCON/UFRJ, aos revisores e ao Editor da Revista Contemporânea de Contabilidade pelas contribuições.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. M. Queiroz, A. Rodrigues, N. Szuster, M. A. S. Macedo

Coleta de dados: A. Rodrigues, M. A. S. Macedo, J. M. Queiroz

Análise de dados: J. M. Queiroz, M. A. S. Macedo

Discussão dos resultados: J. M. Queiroz, M. A. S. Macedo

Revisão e aprovação: J. M. Queiroz, M. A. S. Macedo, A. Rodrigues, N. Szuster

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”. Bolsa de Doutorado fornecida à aluna Juliana Molina Queiroz pela CAPES por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Carlos Eduardo Facin Lavarda e Suliani Rover

HISTÓRICO

Recebido em: 10/09/2018 – Revisado por pares em: 27/04/2020 – Reformulado em: 15/07/2020 – Recomendado para publicação em: 15/07/2020 – Publicado em: 30/07/2020